

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL – PLAGEDER

ADIENE DOS SANTOS PEREIRA

**CAPITAL SOCIAL: IMPORTANTE INSTRUMENTO POTENCIALIZADOR DO DESENVOLVIMENTO
RURAL TENDO POR BASE A AGRICULTURA FAMILIAR**

SÃO LOURENÇO DO SUL, RS

2011

ADIENE DOS SANTOS PEREIRA

**CAPITAL SOCIAL: IMPORTANTE INSTRUMENTO POTENCIALIZADOR DO DESENVOLVIMENTO
RURAL TENDO POR BASE A AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Tanice Andreatta

Coorientadora: Tutora Daniela Oliveira

SÃO LOURENÇO DO SUL, RS

2011

ADIENE DOS SANTOS PEREIRA

**CAPITAL SOCIAL: IMPORTANTE INSTRUMENTO POTENCIALIZADOR DO DESENVOLVIMENTO
RURAL TENDO POR BASE A AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: _____, _____ de _____ de 2011.

Profa. Dra. Tanice Andreatta – Orientadora

UFRGS

Aos meus amadíssimos pais e anjos protetores
DANTE e ENEIDA
que me propiciaram uma vida digna onde eu
pudesse crescer, acreditando que tudo é
possível, desde que sejamos honestos, íntegros
de caráter e tendo a convicção de que desistir
nunca seja uma ação contínua em nossas
vidas; que sonhar e concretizar os sonhos só
dependerá de nossa vontade.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão importante penso que senão fosse à mão de meu bom Deus me guiando, hoje não estaria aqui!

Mas quando olho ao meu redor e vejo varias “carinhas” conhecidas, risonhas por este meu “feito” vejo que Deus juntou todos os anjos possíveis para me acompanhar durante esses anos de batalha, de lutas, de renuncias... Mas de muitas conquistas e alegrias!

Então começo aproveitando este momento para agradecer a dois anjos em especial que me acompanham há dezesseis anos, sempre me dando o estímulo necessário e o amor incondicional para que eu jamais desistisse que são meus filhos Rennan e Ramon, os quais são a razão principal de todas as minhas lutas.

Agradeço muito ao meu anjo companheiro amado de todas as horas Albino, que ao longo dos vinte anos de convívio foi parceiro para valer até na sala de aula! Fizemos uma ótima dupla!

Agradeço muito aos meus queridíssimos irmãos anjos Celeste, Daiana, Kátia e Dany pelos exemplos de vida e de luta! Só estava faltando eu na família a conquistar este titulo de graduação! Em especial deixo aqui meu reconhecimento a Cê, Daí e ao meu cunhado André pelo stress dos últimos dias! Obrigado de coração pelas correções, novas correções....outras correções! Nossa! Foram muitas para que conseguíssemos chegar ao final com um trabalho bem legal!

Também quero agradecer aos meus amigos anjos e colegas Demaicon e Cleider: formamos realmente um quarteto fantástico que durante todos esses quase quatro anos batalhou, driblou o cansaço do trabalho, a falta de tempo para estudar, as noites fazendo trabalho para postar até as 23:55h e a internet não funcionava, o computador que não ligava no fim de semana, as noites na estrada Canguçu – São Lourenço, o “bauru da periferia”!. Mas valeu a pena, pois descobrímo-nos irmãos que sempre estiveram juntos nas horas boas e naquelas nem tão boas!

Aproveito este momento para agradecer o apoio de todos os demais colegas de turma, aos professores e tutores do PLAGEDER, aos tutores e funcionários do Pólo de São Lourenço e em especial ao “professor Gilberto” por toda a força que nos deu e pelo apoio nos momentos mais difíceis.

Por fim quero agradecer a todos os meus colegas do escritório municipal da ASCAR/EMATER-RS pelo apoio, pelo profissionalismo, pelas muitas vezes que deixei a equipe trabalhar sem a minha contribuição, pois estava estudando no horário de trabalho. A vocês colegas e em especial ao meu chefe Ilmes Rosa o meu muito obrigado!

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos influenciando esse mundo.

Sen, 2002

RESUMO

O Desenvolvimento Rural está diretamente relacionado à implementação de políticas públicas para superação de desafios através de investimentos econômicos como também, aplicação tecnológica e a promoção do aumento do capital social dentro das comunidades rurais. Para tal, este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica e tem o condão de analisar as características do capital social relacionadas ao desenvolvimento rural. Busca-se também destacar relacionar as potencialidades do capital social como um dos componentes relevantes e capaz de alavancar o desenvolvimento rural. Neste sentido, a agricultura familiar é a base para os modelos que apontam os caminhos alternativos em relação à economia tradicional, orientada não apenas em alcançar resultados de produtividade esperados no mercado capitalista. A agricultura familiar também se apresenta como uma prática eficaz e contribui no contexto da economia solidária, da inclusão social e da diminuição das desigualdades. Assim ela contribui para o desenvolvimento rural dentro dos princípios definidos pela confiança, solidariedade, cooperação e participação política dos cidadãos que potencializam sua participação direta na elaboração dessas de políticas públicas, a fim de que se tornem eficazes para o desenvolvimento de suas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; capital social; desenvolvimento rural;

RESUMEN

El desarrollo rural está directamente relacionada con implementación de políticas públicas para superar desafíos a través de inversiones económicas y, tecnología de aplicación y promoción de la ampliación de capital social en las comunidades rurales. Para ello, este revisión tiene la capacidad para analizar características de capital relacionadas con El desarrollo rural, especialmente en el desarrollo de el potencial del capital social rural como uno de componentes relevantes para este desarrollo. La agricultura familiar es la base para los modelos que enlazan caminos alternativos para la economía tradicionales, dirigida no sólo para lograr resultados espera que la productividad en el mercado capitalista, pero se presenta como una práctica efectiva para la economía la solidaridad, la inclusión social, reducción de las desigualdades y el desarrollo rural dentro de los principios definido por la confianza, la solidaridad, la cooperación y la participación política de los ciudadanos que mejoren su participación directa en la preparación de la política pública, para que sean eficaces para desarrollo de sus comunidades.

Palabras clave: La agricultura familiar, el capital, desarrollo rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2	OBJETIVO	12
1.2.1	OBJETIVO GERAL	13
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.3	MÉTODOS DE PESQUISA	13
2	DESENVOLVIMENTO RURAL	14
2.1	NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL	14
2.2	BREVE HISTÓRICO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO RURAL	15
2.2.1	DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO CLÁSSICA À PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	15
2.2.2	AS PERSPECTIVAS RECENTES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO RURAL	16
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR: BASE PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	18
3	CAPITAL SOCIAL	21
3.1	BREVE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL	21
3.2	PRINCIPAIS CONCEITOS E APLICABILIDADES DA NOÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	24
3.3	O CAPITAL SOCIAL: POTENCIALIZADOR DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	26
3.4	AGRICULTURA FAMILIAR: POTENCIAL PARA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL	27
4	CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Rural é a transformação sócio-cultural, econômica e ambiental em prol da melhoria da qualidade de vida de uma população rural. O Desenvolvimento Rural está ligado em proporção direta ao aumento do capital social e é advindo das redes estabelecidas entre as pessoas envolvidas em programas/projetos governamentais ou privados voltados ao meio rural.

Esses projetos devem estar alicerçados na participação dos beneficiários (agricultores) através de redes de confiança e cooperação; na participação das entidades que propõem e executam as políticas públicas; e na descentralização das ações de forma a contemplar as necessidades das comunidades rurais formadas majoritariamente por pequenas propriedades exploradas através de economia familiar.

O Capital Social é o somatório dos recursos que surgem nas organizações de vida de uma comunidade. É um bem coletivo que garante o respeito a normas de confiança mútua, de cooperação e de comportamento. Esses recursos se somam a cada experiência, e são acumulados para o futuro.

Em sua tese de doutorado, Pase (2006) aponta o Desenvolvimento Rural como um processo social, econômico e político impulsionado por uma ação planejada no sentido de diminuir a pobreza, melhorar a qualidade de vida, manejar o meio ambiente de forma sustentável, além de melhorar a cidadania em territórios rurais.

Com relação ao Capital Social, o mesmo autor afirma ser este uma potencialidade que grupos ou organizações desenvolvem a partir da confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade para obter resultados tangíveis, transformando a realidade através da qualificação das demandas políticas e reivindicações por recursos ou bens públicos ou ainda, a proposição de inovações e alternativas no âmbito da sociedade civil.

Na medida em que o Estado transforma as demandas da sociedade em políticas públicas, contribui para a manutenção e ampliação do Capital Social, apesar de não criá-lo. Na visão do mesmo autor, o Capital Social está associado à melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento e ao empoderamento da cidadania.

Segundo Bandeira (2007), as diferenças sociais, culturais e econômicas são muito fortes no Rio Grande do Sul e interferem no crescimento econômico. Este autor nos mostra que o crescimento econômico, por sua vez, é influenciado pelo Capital Social que pode sofrer mudanças negativas na sua dotação. Afirma ainda que, mesmo que a abundância de Capital Social favoreça o crescimento, não é condição suficiente para que ele ocorra e vice-versa, isto é, o crescimento não garante que haja ampliação do Capital Social.

Ao pensarmos em Desenvolvimento como um processo que canaliza e ativa as forças sociais, vemos que a ação coletiva, a participação de base e a coesão comunitária são ferramentas do Capital Social importantes nestes processos de desenvolvimento. Para Baquero *et al* (2007), o conceito de Capital Social está coligado à ótica do Estado e de suas instituições. Uma democracia social sem políticos e sem cidadãos democráticos está fadada ao fracasso. É fundamental a capacidade do Estado e de suas instituições em aceitar e valorizar a participação civil, de estabelecer um laço recíproco de confiança, base para a construção do Capital Social.

Sabourin e Teixeira (2002) associam o Capital Social a um atributo cultural que só pode ser criado na medida em que haja organizações fortes para sinalizar aos indivíduos que há alternativas aos comportamentos políticos convencionais.

Dentre as diversas classificações que englobam produtores agrícolas no segmento da Agricultura Familiar, considera-se agricultor familiar todo aquele que explora uma parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; tenha no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativista; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (PASSADOR *et al.*, 2005).

Segundo Passador *et al.* (2005), a Agricultura Familiar é uma das bases sobre a qual se construiu a prosperidade que marca as nações mais desenvolvidas. No Brasil, as políticas públicas até o momento não proporcionaram o apoio necessário aos agricultores familiares para que eles fossem colocados no centro das estratégias de desenvolvimento local-regional. O mesmo autor nos aponta ser necessário aos agricultores o acesso à terra, acesso ao conhecimento, às tecnologias apropriadas, às infra-estruturas (estradas e energia, além de

água para irrigação), ao crédito e aos mercados, enfim; elementos que envolvem uma abordagem sistêmica.

Ainda para o mesmo autor, é a partir da Agricultura Familiar que se cria uma rede entre os agentes da sociedade, uma nova prática social, que vai além da melhoria da renda do produtor. Busca a transformação das relações entre as pessoas e a natureza valorizando a construção e/ou fortalecimento de uma relação pedagógica que reconhece os outros seres vivos como agentes de aprendizagem da convivência com o meio ambiente.

É neste universo que a Agricultura Familiar aponta caminhos alternativos em relação à economia tradicional, pois apesar de não alcançar os resultados de produtividade esperados no mercado capitalista, apresenta-se como uma prática eficaz para a economia solidária, inclusão social, diminuição das desigualdades e para o Desenvolvimento Rural.

A todo o momento surgem novos estudos que abordam noções de Desenvolvimento Rural e Capital Social, entendidos como mudanças e recursos de evolução constante na capacidade de buscar ações em processos participativos e de mobilização do tecido social.

Neste sentido, o presente trabalho reveste-se de importância à medida que pretende relacionar Capital Social e Desenvolvimento Rural, identificar potencialidades e fragilidades do Capital Social e apontar as potencialidades como condição para o Desenvolvimento Rural.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Após estas considerações iniciais sobre os conceitos de Capital Social e Desenvolvimento Rural, podemos chegar à seguinte questão norteadora deste trabalho monográfico: “Qual a relevância do Capital Social no processo de Desenvolvimento Rural com foco na Agricultura Familiar?”

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

- Compreender a relevância do Capital Social no processo de Desenvolvimento Rural com foco na Agricultura Familiar.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Realizar uma revisão bibliográfica considerando o tema do desenvolvimento rural e do capital social

- Identificar as fragilidades e as potencialidades acerca do tema Capital Social como um elemento potencializador do desenvolvimento Rural

- Analisar a capacidade do Capital Social de ser um fator de transformação para o Desenvolvimento Rural.

1.3 MÉTODOS DE PESQUISA

O presente estudo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, que é uma etapa fundamental para o trabalho científico e busca analisar a bibliografia do tema em questão de forma crítica.

Neste trabalho, é apresentada uma breve introdução ao tema seguida de três capítulos: no primeiro são discutidos os conceitos, idéias, considerações e perspectivas acerca do Desenvolvimento Rural. O segundo capítulo trata do Capital Social, sua origem, evolução e componentes. E no terceiro capítulo, teremos o encontro desses dois temas e suas interfaces com a Agricultura Familiar. Ao final, são apresentadas algumas considerações acerca dos três temas interrelacionados.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL

O Desenvolvimento Rural é frequentemente percebido como a urbanização do meio rural, isto é, um processo que visa prolongar até a zona rural os benefícios urbanos - tais como eletricidade, transporte, abastecimento de água – ou favorecer um maior acesso da população rural a bens e serviços sociais – educação, saúde, atendimento bancário – em geral concentrados na sede municipal. Da mesma forma, a multifuncionalidade da agricultura e o exercício da pluriatividade pelos agricultores são também, não raramente, associados a um processo de aprofundamento da urbanização do meio rural. (WANDERLEY, 2002)

2.1 NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Através da pesquisa bibliográfica realizada pretende-se abordar o conceito de Desenvolvimento Rural utilizando a mesma lógica do conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável: um processo de transformação que procura equilibrar as dimensões social, econômica, ambiental e cultural.

Este conceito tem como base a agricultura familiar. A escolha da agricultura familiar está relacionada com sua característica de multifuncionalidade, visto que, além de produzir alimentos e matérias-primas, gera ocupação no setor rural, utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético:

O desenvolvimento rural, sob essa ótica, representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-camponês que domina tecnologias, toma decisões sobre o modo de produzir e trabalhar (Schneider, 2003).

Segundo Navarro (2001), o Desenvolvimento Rural Sustentável trata de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural muito claro e limitado, relativo a desenvolver sociedades no campo sem criar consequências ambientais negativas.

2.2 BREVE HISTÓRICO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O Desenvolvimento de um país não pode ser visto exclusivamente como um fenômeno de natureza econômica. O Desenvolvimento é sim um fenômeno de natureza social marcado pelas formas de concepção e de como é dimensionado. Só é percebido à medida que promove mudanças em determinadas coletividades humanas (Conterato; Fillipi, 2009).

Para Conterato e Fillipi (2009) objetivando melhor interpretar o significado de Desenvolvimento foram criados ao longo das pesquisas outros termos:

Desenvolvimento Agrícola: refere-se às condições de produção agrícola ou agropecuária e suas características no sentido estritamente produtivo.

Desenvolvimento Agrário: são interpretações a cerca do mundo rural em suas relações com a sociedade maior.

Desenvolvimento Rural: trata-se da ação previamente articulada que induz (ou pretende) mudanças em um determinado ambiente rural.

Há ainda duas outras expressões: Desenvolvimento Rural Sustentável, que está ligada a noções de equidade social e a compreensão das dimensões ambientais e, Desenvolvimento Local, expressão que está ligada a ambientes geográficos (Nicola, 2004).

A partir de 1990, intensas transformações econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, organizacionais e ambientais mudam a concepção global sobre Desenvolvimento Rural. Neste sentido é que se enfoca a multisetorialidade do Desenvolvimento e a importância da participação e organização das sociedades locais. Segundo Nicola (2004), é neste contexto que surgem as noções de Desenvolvimento Rural e de Capital Social, entendidos como as normas e redes que em um processo social, econômico e político impulsionado por uma ação coletiva planejada que visam diminuir a pobreza, melhorar a qualidade de vida, manejar o meio ambiente de forma sustentável, além de promover a cidadania em territórios rurais.

2.2.1 Da ideia de desenvolvimento clássica à perspectiva de Desenvolvimento Rural

Durante muito tempo, o Desenvolvimento Rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres

que não conseguiam se juntar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados (Navarro, 2001).

Para este autor, o desenvolvimento rural deveria buscar uma coalizão não só por setores populares, mas também pela maioria do empresariado agrícola. O único grupo do meio rural que deveria ser extinto é o dos proprietários que usam a terra como reserva de valor e como arma política.

Segundo Navarro (2001), entre os anos 1950 e 1970, a ideia de desenvolvimento estava associada às classes dominantes, que tinham grande influência em todo o mundo. Os governos militares brasileiros se aproveitaram da necessidade de modernização do meio rural, necessidade esta criada justamente pelas classes dominantes da época, para modernizar as técnicas de produção, as formas de propriedade e a redistribuição dos resultados produtivos.

O período posterior, conhecido como 'Revolução Verde', preconizavam-se ações de intervenção dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, que eram vistas como a solução para os agricultores que não conseguiam se modernizar tecnologicamente nem se integrar ao conjunto da economia através da indústria, comércio ou serviços. Eram ações que não fortaleciam as potencialidades locais e sim, compensavam as deficiências de não inserção no modelo produtivo vigente no meio rural.

2.2.2 As perspectivas recentes acerca do Desenvolvimento Rural

Segundo Wanderley (2002), o Desenvolvimento Rural deve enfrentar três desafios principais:

O primeiro deles consiste em vencer a precariedade social dos habitantes do campo, cuja base seria a garantia à população rural de um nível de renda socialmente aceitável e comparável ao obtido pela população das cidades. Na origem deste problema está a questão fundiária ainda não resolvida em nosso País. Se, numa sociedade moderna, a existência de terras sem agricultores parece destoante, mais absurda ainda é a existência de agricultores sem terra, resultado da excessiva concentração fundiária, que a modernização da agricultura não conseguiu reduzir. Nos últimos anos, mais de 70% do crédito foi disponibilizado para financiar a agricultura nacional. Este enfoque setorial tem cunho central na expansão da

produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado agrobusiness. (Wanderley, 2002).

O segundo desafio é o de vencer o isolamento das populações rurais. Para isto, deve ser dada especial atenção à intermediação exercida pelas pequenas cidades. Não se trata de urbanizar o 'rural', mas de articulá-lo e integrá-lo ao conjunto da sociedade, de forma a assegurar a intensidade dos contatos sociais, que são elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida.

Finalmente, o terceiro desafio refere-se ao esforço de assegurar a cidadania do homem do campo, no campo. O que se pretende é que o brasileiro que vive no meio rural não seja estigmatizado por esta condição de rural e que não precise deixar o campo para ser reconhecido como cidadão pleno. (Wanderley, 2002).

Neste sentido, entende-se a necessidade de construir um novo paradigma para o Desenvolvimento Rural que considere os aspectos sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos, e que dê real importância à participação dos agricultores familiares na construção desse novo modelo.

Somente a partir de 1990, uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o Desenvolvimento Rural passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens.

A partir deste período, as políticas públicas e discussões teóricas sobre Desenvolvimento Rural re-emergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e dos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas (Conterato et al., 2011).

Segundo Conterato et al. (2011), o Desenvolvimento Rural é interpretado como um conjunto de práticas que visa reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias, reorientando as ações para uma menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, capaz de resultar em uma maior autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento de ações e estratégias para os processos de transformação econômica, sócio-cultural, política e ambiental.

Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do Desenvolvimento Rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, para o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o

estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (Conterato et al., 2011).

Essas mudanças no foco das políticas públicas sinalizam um processo de fortalecimento dos indivíduos e das coletividades na medida em que as políticas afirmativas valorizam os indivíduos em suas diferenças e individualidades, dando base social para a construção dos laços de confiança pelo fortalecimento da autoestima e do reconhecimento do potencial do outro, de acordo com Conterato et al. (2011). Da mesma forma o apoio técnico, as linhas de créditos e a reforma agrária seguem na direção de maior independência destas comunidades.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: BASE PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

O conceito de Agricultura Familiar é relativamente recente no mundo. Quando este novo paradigma de agricultura foi abordado a ideia principal era vinculá-lo com a pequena produção, o pequeno agricultor, a agricultura de baixa renda ou de subsistência e até mesmo ao termo camponês (Fernandes, 2009).

Para esse autor, dizer que estas são as características essenciais da Agricultura Familiar é desconhecer os traços mais importantes do Desenvolvimento Rural no Brasil. Os empreendimentos familiares têm como característica principal a administração pela própria família e, neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo.

Além da direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, o modelo familiar tem como outras características a relação íntima entre trabalho e gestão, a ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (Olalde, 2011).

Para Nazzari et al. (2007), além de a gestão ser feita pelos proprietários, os responsáveis pelo empreendimento que estão ligados entre si por laços de parentesco, desenvolvem um trabalho fundamentalmente familiar. O patrimônio e os ativos são pertences

da família, objetos de transferência intergeracional no interior dela. Os membros desta família vivem na unidade produtiva.

Com relação à maior diversidade de cultivos na Agricultura Familiar isto se deve à busca de diferentes rendas distribuídas ao longo do ano, a busca do autoconsumo alimentar, a redução de riscos e a busca de uma menor dependência de insumos externos. A diversidade de cultivos é possível em função de que o agricultor familiar é ao mesmo tempo empreendedor e trabalhador (Nazzari et al., 2007).

A partir da década de 90 passou-se a atribuir outros papéis para a Agricultura Familiar e para o meio rural, entre eles a preservação ambiental.

Segundo Conterato et al. (2007) o desenvolvimento rural em uma perspectiva de modernização é interpretado como um conjunto de práticas que visa reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias, reorientando as ações para uma menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, capaz de resultar em uma maior autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento de ações e estratégias.

Desta forma, os agricultores familiares se mantêm até os dias de hoje adequando a relação entre propriedade, trabalho e família, o que ainda lhes conferem particularidades culturais, econômicas e também de sociabilidade.

Segundo Meneguetti (s/d) o processo de Desenvolvimento Rural deve ter como base social a Agricultura Familiar por causa da organização dos sistemas produtivos e de sua lógica econômica que permite uma melhor forma de gestão dos recursos naturais.

De acordo com Altafin (2007) as múltiplas funções da Agricultura Familiar na dinâmica econômico-social dos territórios, que já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista, voltam à tona. A primeira dessas contribuições da Agricultura Familiar, pontuada hoje como uma função a ser valorizada, diz respeito ao seu papel original de garantir a segurança alimentar. Essa função deve ser observada por duas dimensões: a primeira diz respeito à produção agrícola em si, à capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado e a outra se refere à capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos.

A gestão familiar propicia ainda a realização de atividades que necessitam de maior cuidado no manejo dos recursos e são as próprias regras das políticas de crédito que desconsideram o potencial preservacionista do agricultor familiar, sendo este obrigado a usar sistemas produtivos inadequados à sustentabilidade ecológica (Altafin, 2007).

A função ambiental é um bem público que a Agricultura Familiar produz para a sociedade e deve ser compensada por isso, ao invés de ser incentivada ao produtivismo dos pacotes tecnológicos.

Conforme Altafin (2007), a democracia social e o exercício da cidadania devem sustentar o modelo de desenvolvimento. A participação deve ocorrer na discussão dos problemas, na pesquisa e diagnóstico, na proposição de políticas e programas diferenciados e setoriais, na gestão social dos mesmos e na avaliação. Desta forma a capacitação das pessoas, dos agricultores familiares e a valorização do seu conhecimento são fundamentais.

Nos dados do estudo Inra/Fao (2000) observados por Altafin (2007), o universo da Agricultura Familiar exibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas.

A Agricultura Familiar brasileira vem assumindo um papel importantíssimo na geração de emprego e renda, segurança alimentar, preservação ambiental e consequentemente no Desenvolvimento Rural do país.

3 CAPITAL SOCIAL

As relações de poder ocorrem através da submissão, disputa, coerção e, de outro lado, da cooperação, reciprocidade e solidariedade observadas nas ações coletivas.

Conhecer o que está por trás destas relações contribui para a formulação de políticas públicas que tenham como objetivo o bem comum e individual dentro de um processo de transformação social, cultural, econômica, ambiental, associando a melhoria da qualidade de vida ao empoderamento da cidadania e ao Desenvolvimento Rural.

Muitas críticas foram feitas ao conceito de Capital Social, assim como à sua utilização indiscriminada, como se fosse um conceito capaz de apontar saídas para todos os males da exclusão social e que permitiria resolver os problemas do baixo nível de desenvolvimento. Se é verdade que as redes sociais podem dificultar o surgimento da figura do “carona” (free rider, aquele indivíduo que se beneficia sem contribuir), dificultando o oportunismo, podem também excluir novos participantes, impor normas que prejudiquem grupos específicos dentro de uma comunidade (como, por exemplo, mulheres, praticantes de determinada religião, etc.) ou atitudes em relação a outros grupos, como para impedir que outras comunidades tenham acesso a determinados serviços públicos. Portanto, é importante destacar que nem toda forma de capital social é positiva, e que este pode ser usado negativamente contra os que estão fora de uma determinada rede, ou ainda gerar grupos corruptos e sistemas autoritários. Outra crítica é que podem ocorrer situações não estimuladoras de iniciativas individuais e de restrições à liberdade individual. (Marteleto, 2004).

3.1 BREVE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL

Lyda Judson Hanifan é considerado um dos pioneiros no uso do termo ‘capital social’, definindo-o, em 1916, como o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia e as relações sociais entre os indivíduos e a família.

O termo Capital é relacionado de forma simbólica ao Capital Econômico, pois à semelhança deste, trás benefícios. No entanto, ao contrário do Capital Tradicional, o Capital Social não se esgota com o uso e, sim pelo seu não uso (Milani, 2007).

O Capital Social forma redes sociais e, ao mesmo tempo, se constitui em redes. Redes sociais são sistemas compostos por ‘nós’ (amarrações) e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação (Marteleteo, 2004).

Segundo Oliviere (2003), outro conceito que define redes refere-as a “sistemas organizadores capazes de reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa em torno de causas afins”. Esta definição traz em si, então, uma perspectiva política no que diz respeito à alternativa de organização e articulação social eficiente para responder a demandas complexas da contemporaneidade, a citar o processo de globalização da economia e a contraposição às ações sócio-político-estruturais implementadas no mundo inteiro para atingir a tal fim: o Estado Mínimo.

Esse conceito de Rede pode ser melhor visualizado se tomarmos na memória as ações dos movimentos sociais e toda as articulações em exercício ampliando-se em órbitas cada vez maiores por questões que são de interesse da solidariedade mundial, considerando por exemplo, a plataforma DESC – Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Segundo Milani (2007), a partir dos anos 1960, outros autores voltam a usar o termo Capital Social com seu significado atual: as relações entre as pessoas constituem redes de confiança e de controle social. Entre eles, Milani (2007) destaca Jane Jacobs, Glenn Loury, Pierre Bourdieu e Ekkehart Schlich.

Segundo Robert Putnam (1995 apud Milani, 2007), a urbanista Jane Jacobs teria sido a primeira analista social a utilizar, em 1961, o termo ‘capital social’ com o seu significado atual. Ela utiliza o termo capital social uma só vez, mas seu estudo trata do imaterial e do social nas lógicas de planejamento urbano: as conexões entre as pessoas produzem a coesão das comunidades urbanas, constituindo-se em redes de proteção do bairro contra estranhos (redes de confiança e de controle social).

Na dimensão do desenvolvimento, o Capital Social foi resgatado no fim da década de 70 pelo economista Gleen Loury e pelo sociólogo Ivan Light, com o objetivo de proporcionar novos caminhos na direção de pensar mecanismos que potencializem a capacidade participativa da sociedade (Milani, 2007).

O estudo que define o Capital Social pela sua função como menciona Milani (2007), é de James Coleman e se baseia em duas características, quais sejam: é uma forma de estrutura social e facilita ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.

Para os autores da escola institucionalista, o capital social engloba vários aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo da coletividade; ele pode ser auferido pela intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado. Para Putman (apud Milani, 2007) em uma comunidade ou em uma sociedade provida por estoques significativos de capital social, as redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu procura associar ao capital social o conjunto de benefícios individuais e de classe oriundos de relações pessoais e valores socialmente compartilhados. Neste caso, capital social é o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas para contribuir com o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é a base de um processo de acumulação que permite a pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social (Milani, 2007).

Para Mark Granovetter (apud Milani, 2007), as redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos. A duração das relações (consideradas positivas e simétricas), a intimidade criada no âmbito das redes, a intensidade emocional, os serviços recíprocos prestados são fatores essenciais para considerar a formação de laços fortes – base do capital social.

Para Sciarrone (apud Milani, 2007) o capital social dos mafiosos permite entender como eles conseguem estabilizar e manter as relações de cooperação e de intercâmbio inclusive com agentes exteriores à organização-rede. Mas assim como o Capital Social dos mafiosos representa um verdadeiro capital para os integrantes da máfia, considerada um sistema de regras, obrigações e oportunidades para seus participantes, por outro lado, destrói o Capital Social coletivo necessário à modernização e à produção de bens públicos.

Outro autor citado por Milani (2007) é o estudioso Atria, que se refere ao Capital Social como uma capacidade específica de mobilização (liderança e empoderamento) de determinados recursos (relações de confiança, reciprocidade e cooperação) por parte de um

grupo e como disponibilidade de redes de relações sociais (associatividade horizontal ou vertical). Este estudioso correlaciona a distribuição dos recursos associativos (disponibilidade de redes a que têm acesso os membros dos grupos) à capacidade de mobilização dos grupos.

Ostrom e Ahn também citados por Milani (2007) consideram que o capital social está associado aos problemas econômicos e políticos atuais. Trata-se de capital porque se refere a um conjunto de recursos que produz benefícios para alguns indivíduos por algum tempo; o grupo de indivíduos pode ser pequeno (uma família, por exemplo); o benefício de alguns pode produzir-se em detrimento de outros. O capital social seria um atributo dos indivíduos e de suas relações que lhes permitem aumentar a capacidade de solução de problemas de ação coletiva. Sugerem o seguinte esquema interpretativo do capital social:

Capital social = confiabilidade + redes + instituições
(Enquanto fatores relacionados de modo complexo e não linear).
Tais fatores geram confiança que, de acordo com variáveis
contextuais, produz ações coletivas.

Para Nicola (2004), a teoria do Capital Social apresenta-se como um paradigma emergente que pretende unificar conceitos de diversos campos, reciprocidade, redes sociais, desenvolvimento participativo e governabilidade. Para o mesmo autor, o Capital Social está relacionado às características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.

3.2 PRINCIPAIS CONCEITOS E APLICABILIDADES DA NOÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Segundo Nicola (2004), diversos autores tentam conceituar o termo Capital Social. Alguns deles afirmam que o termo Capital Social faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação entre as pessoas nas comunidades e sociedade em seu conjunto. Outros compreendem que o Capital Social se refere às relações sociais que estão ‘institucionalizadas’ na forma de normas ou de redes

sociais. Institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais.

Existem ainda aqueles autores que se referem ao Capital Social como sendo os aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a ação e a cooperação para benefício mútuo. Por fim, outros ainda consideram o Capital Social como as normas e redes que permitem a ação coletiva (Nicola, 2004).

Para Santiago e Tassigny (2010), o Capital Social possui uma natureza multidimensional; assim, à medida que as redes vão se formando e se ampliando, passa-se de um patamar para outro, o que Putnam apud Santiago, Tassigny, (2010) classificou como as três dimensões essenciais do capital social.

A primeira dimensão é conhecida como capital social de ligação: as redes formam-se entre pessoas muito próximas, seja por laços de parentesco, de amizade ou de etnia. Por possuírem características semelhantes, resolvem agrupar-se no intuito de desenvolverem mecanismos de cooperação que facilitem a vida de todo o grupo.

A segunda dimensão é a do capital social de ponte, que consiste na ampliação das redes rompendo fronteiras e fazendo pontes com outras comunidades distintas, ligadas não mais por laços fortes de amizade, mas pela busca de objetivos comuns. A formação dessas teias possibilita um acesso a novas estruturas que aumentam o alcance das ações.

A terceira dimensão é o capital social de conexão, onde a formação de redes se dá por conexão das comunidades às instituições de poder, na qual as pessoas se unem, objetivando alavancar recursos para o desenvolvimento das comunidades. Assim, quando as comunidades agem conjuntamente ganham maior força para pressionar a governança a disponibilizar os recursos para atender as demandas locais (Santiago; Tassigny, 2010).

Na presente abordagem, consideramos que o Capital Social é uma potencialidade que surge em coletividades e que se desenvolve a partir da confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade para a realização de seus objetivos, modificando de forma positiva a realidade das pessoas envolvidas. Esses efeitos desejados ocorrem através da qualificação das demandas políticas e das reivindicações por recursos ou bem públicos, ou de outras alternativas, no âmbito da sociedade civil e contribuem para a manutenção e ampliação do Capital Social (Pase, 2006).

3.3 O CAPITAL SOCIAL COMO UM MECANISMO DE POTENCIALIZAÇÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Nazzari et al. (2009) destacam que o Capital Social tem impacto no desenvolvimento econômico e no nível de riqueza das comunidades, bem como na prosperidade e na felicidade das pessoas.

Para esta autora, o Capital Social pode proporcionar a potencialização da capacidade de participação dos indivíduos em atividades cooperativas, colaborando para reduzir índices de exclusão social. Defende a ideia de que a capacidade de reação das cooperativas frente às mudanças advindas com a globalização no cenário mundial depende do estoque de Capital Social dos cooperados, dos funcionários e dos dirigentes, no sentido de expandir confiança e fortalecer a cooperação entre as pessoas. Assim, reafirma a importância de incentivos e iniciativas coletivas para o fortalecimento das economias fundamentadas na cooperação e na confiança para a construção de uma comunidade alicerçada no desenvolvimento humano, social e sustentável.

Milani (2007) reafirma que:

quase de forma consensual, que as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua, os recursos advindos das redes sociais, a riqueza do tecido associativo e as instituições políticas têm impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de formas mais intensas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno das estratégias de desenvolvimento local. No entanto, um dos elementos críticos do debate sobre as relações entre capital social e desenvolvimento local diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento.

Segundo este autor, assim como Bandeira (2007), o fato destas redes sociais se estabelecerem, ainda que de formas diferentes, não significa que se dará uma relação linear entre o Capital Social e o Desenvolvimento local. Um não resistirá sem o outro, mas a presença de ambos não necessariamente significa que caminharão juntos.

Assim, uma região relativamente rica em capital social pode apresentar um reduzido dinamismo em um determinado período, ou sua economia pode entrar em declínio, como consequência de problemas relacionados a características econômicas ou estruturais. De outra parte, o crescimento econômico pode ocorrer mesmo em áreas dotadas de baixo capital social, resultado da intervenção econômica de atores de outras regiões (Bandeira, 2007).

As condições que antecedem e propiciam a implementação do Capital Social segundo Neto e Froes (2002 apud Santiago; Tassigny, 2010) são três e dizem respeito à:

Ampliação social da cooperação: ocorre pela formação de comportamentos altruístas que estimulam sentimentos de solidariedade, bem como pela criação de cooperativas institucionais que priorizam formas horizontais de gestão;

Fomento de novas parcerias: com vistas ao envolvimento de empresas, governo e entidades do terceiro setor, objetiva entradas para o desenvolvimento técnico e proliferação de capital;

Criação de redes: definida como ‘arranjos institucionais inovadores’; ou seja, estrutura social composta de indivíduos ou organizações que são vinculados por um ou mais tipos específicos de interdependência, como amizade, parentesco, interesse comum, troca financeira, conhecimentos ou outros.

As redes na prática são comunidades de sentido, virtual ou presencialmente constituídas. Uma comunidade é uma estrutura social estabelecida de forma orgânica, a partir de dinâmicas coletivas e historicamente únicas. Sua própria experiência e cultura definem a identidade comunitária. A convivência entre os seus integrantes será deliberada a partir de pactos sociais ou padrões de relacionamento, cujo reconhecimento deve ser coletivo e fundamental para os sentidos de pertencimento dos cidadãos e de desenvolvimento (Oliviere, 2003).

3.4 AGRICULTURA FAMILIAR: POTENCIAL PARA O AUMENTO DO ESTOQUE DE CAPITAL SOCIAL

Tendo em vista as tipificações acadêmicas ou a delimitação legal do conceito, constata-se que o uso do termo ‘Agricultura Familiar’ no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território. Conhecer e compreender as especificidades de uma dada situação concreta torna-se imprescindível para todos os envolvidos em processos de desenvolvimento sustentável (Altafin, 2007).

Segundo Almeida (1997 apud Wizniewsky, 2009), a modernização agrícola apresenta objetivos que não levam necessariamente ao Desenvolvimento Rural, ou seja, a modernização

aponta a capacidade do sistema social em produzir a modernidade e o desenvolvimento se refere à vontade dos diferentes sujeitos sociais de transformar a sua sociedade.

Para Phull (2006), o desenvolvimento rural depende do acesso das famílias a um conjunto de recursos naturais, culturais, organizacionais, tecnológicos, como também das possibilidades afetivas de diversificar, inter-relacionar e qualificar esses recursos. Depende também da sua capacidade para transformar o conjunto dos recursos num processo de empoderamento individual e coletivo, melhorando suas relações comunitárias e sociais e com as organizações da sociedade civil, do mercado e do Estado. Na forma de buscar o acesso aos ativos de capital e atores, a cooperação se constitui no elemento fundamental para o êxito das estratégias adotadas.

Conforme Teodoro, (2005) fortalecer os laços de solidariedade, resgatar a cultura local é de fundamental importância para ampliação dos estoques de capital social, além de ampliar o empreendedorismo e inserção no mercado nacional e internacional dos produtos orgânicos, artesanais entre outros.

Além da questão econômica, a Agricultura Familiar proporciona a possibilidade de manter mais famílias trabalhando no campo com uma quantidade menor de recursos de crédito rural que o necessário para investir nas grandes propriedades. Tendo em vista que as cidades não mais absorvem toda massa que abandona o campo e que o sistema de grandes propriedades rurais não gera empregos suficientes para absorver a mão-de-obra rural, é importante o incentivo a Agricultura Familiar (Teodoro, 2005).

A Agricultura Familiar ganha visibilidade quando se organiza e assume lutas conjuntas por um espaço próprio na sociedade. O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e a Extensão Rural são as duas organizações nacionais mais capilarizadas pelo interior do País e definiram sua missão em torno do fortalecimento da Agricultura Familiar. Ambas reconhecem na Agricultura Familiar a base social do processo de reconstrução institucional da vida política no interior do país e vislumbram a formação de um quadro institucional que mostre aos indivíduos que a cooperação oferece recompensas mais importantes que a submissão a poderes autoritários e tão frequentemente corruptos.

O capital social não é simplesmente um termo novo para falar da organização dos trabalhadores; seu pressuposto é o estabelecimento de relações entre indivíduos e grupos sociais cujos interesses comuns não são imediatamente evidentes. É exatamente por isso que sua construção exige uma ação voluntária e coordenada. A noção de capital social possui uma

estrutura, normas, valores, pressões, incentivos e restrições que podem constituir “um recurso para um ou mais atores” (Sabourin; Teixeira, 2002).

Para as autoras Santiago e Tassigny (2010), o capital social se apresenta com algumas características essenciais à utilização de redes de integração como forma de resgatar a confiança e a utilização, e normas baseadas em relações de reciprocidade, auxiliando a formação associativa como indutora da prática de atitudes que fomentem o espírito de cooperação e de solidariedade, fatores propícios para o desenvolvimento local.

Nesse campo é que se pode utilizar o capital social como um instrumento de ligação das pessoas, como um meio de fazer surgir no seio da sociedade regras de reciprocidade e de participação cívica com vistas ao desenvolvimento local, promovendo, por fim, o fortalecimento das instituições democráticas (Santiago; Tassigny, 2010).

Segundo o autor Sunderhus (s/d), como exemplo de sucesso dos modelos produtivistas pode-se citar os elevados ganhos de produtividade e produção, mas foram exemplos de fracassos: a fome que se estendeu a milhares de pessoas, a destruição dos recursos naturais, a grave situação econômica das famílias rurais e sua desagregação com a saída dos jovens do meio rural.

Para este mesmo autor, todo agricultor familiar tem em seu conjunto de práticas várias técnicas de natureza econômica, social e ambiental coerentes com a sua realidade, com a finalidade do seu sistema de produção, com o uso do solo e com as suas necessidades essenciais, que compatibilizam os objetivos familiares com o meio ambiente.

A lógica da produção familiar está centrada na diversificação e integração de atividades vegetais, animais, de transformação primária e de prestação de serviços e, por trabalharem em menores escalas, podem ser a chave para representação de um modelo de desenvolvimento de uma agricultura de natureza sustentável social, econômica e ambiental (Sunderhus, S/D).

A Agricultura Familiar, portanto, pelas suas características, por suas necessidades e por sua perspectiva econômica e social, apresenta uma tendência maior de incorporar elementos do Capital Social que são fundamentais para o processo de desenvolvimento. De um desenvolvimento que não se assemelha ao puro crescimento econômico, mas como uma estratégia ou processo que implica em mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, expandindo liberdades e melhorando as condições da qualidade de vida das pessoas

O capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção.

4 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL

Pode-se entender o Desenvolvimento Rural como um fenômeno de natureza social marcado pelas formas de concepção e de como é dimensionado. Só é percebido à medida que promove mudanças em determinadas coletividades humanas (Conterato; Fillipi, 2009).

Um dos grandes desafios do Desenvolvimento Rural é vencer o problema da questão fundiária, pois, como cita Wanderley (2002), “se em uma sociedade moderna nos parece destoante a existência de terras sem agricultores, mais destoante é a existência de agricultores sem terra”. Indica também, a mesma autora, que é necessário assegurar a cidadania do homem do campo no campo.

O incentivo a práticas comerciais voltadas para o lucro eleva o nível de desigualdade social enfraquecendo as relações de cooperação e solidariedade entre os indivíduos. As instituições democráticas também perdem força à medida que os governantes não estabelecem políticas públicas que promovam qualidade de vida aos cidadãos que decepcionados, por conseguinte, se afastam destas instituições (Pase, 2006).

Com base nestas afirmativas percebe-se a necessidade de construir um novo paradigma para o Desenvolvimento Rural calcado no Capital Social que é como um instrumento de ligação das pessoas, um meio de fazer surgir no seio da sociedade regras de reciprocidade e de participação cívica com vistas a esse Desenvolvimento Rural que promove por fim, o fortalecimento das instituições democráticas.

Entendem-se como potencialidades do Capital Social para o Desenvolvimento Rural o próprio Capital Social, sua essência, sua existência. O Capital Social pode ser visto como um instrumento de auxílio na busca de melhorias da qualidade de vida, como mecanismo de promoção do Desenvolvimento Rural e como empoderamento da cidadania. Quanto maior for o estoque de Capital Social maior é o empoderamento da cidadania nos territórios rurais (Pase, 2006).

Segundo ele, outros elementos importantes do Capital Social e potencializadores do Desenvolvimento são a confiança, a cooperação, reciprocidade e solidariedade. Para Martenele (2005), embora estes conceitos sejam difíceis de serem operacionalizados e, mais ainda, de serem quantificados e qualificados (pois há um acordo entre os estudiosos do tema, segundo o qual não basta identificar o número de componentes das redes, mas sim apreender a sua importância para a comunidade), trata-se de um desafio para os pesquisadores e,

principalmente, para aqueles interessados em usar o capital social para promover o desenvolvimento

As Redes que se formam, capazes de desenvolver uma ligação, uma ponte ou uma conexão entre os cidadãos, o tecido associativo, entidades sociais, políticas governamentais, o Estado, são elementos potenciais para a busca do Desenvolvimento. Por fim, cita-se a capacidade de participação dos cidadãos como fator desencadeador de envolvimento e inclusão nos processos de Desenvolvimento, na visão de Pase (2006).

Segundo Pase (2006) e Milani (2007) o Capital Social ainda pode assumir o papel de lubrificante social que possibilita a articulação e reivindicação das demandas frente ao Estado.

Possibilita também a proposição de inovações e alternativas sociais a fim de ampliar as liberdades humanas e assume ainda o papel de unir e fortalecer as forças de uma coletividade que estão à margem da sociedade.

Outra análise de Pase (2006) evidencia o Capital Social como importante categoria heurística que busca em suas próprias raízes a interpretação dos processos de Desenvolvimento Rural, principalmente aqueles que acontecem no meio rural. Para este autor, o ambiente rural tem um significativo estoque de Capital Social por não ter sido objeto privilegiado das políticas industriais e urbanísticas, mantendo suas características culturais e de infraestrutura social.

Além disso, o Capital Social possibilita a reestruturção do tecido social à medida que reduz as diferenças de poder individual, social e territorial, empoderando o cidadão e impulsionando-o a um processo onde as pessoas controlam suas vidas na perspectiva do Desenvolvimento Rural enquanto processo de expansão de liberdades (Pase, 2006).

O autor Amartya Sen (2010), renomado economista afirma em seus estudos que o Desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania, incluindo a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e cultura.

A partir de sua célebre afirmação que o Desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade, de escolhas e de oportunidades das pessoas exercerem sua condição de cidadão, podemos entender a importância que as decisões individuais, a autonomia de cada um e a liberdade de escolher onde, como, quando e para quem trabalhar e a forma como desejam viver é fundamental para o processo de desenvolvimento de qualquer Nação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desenvolvimento Rural é a transformação sócio-cultural, econômica e ambiental em prol da melhoria da qualidade de vida de uma população rural. O Desenvolvimento Rural está ligado em proporção direta ao aumento do capital social e é advindo das redes estabelecidas entre as pessoas envolvidas em programas/projetos governamentais ou privados voltados ao meio rural.

O Capital Social é o somatório dos recursos que surgem nas organizações de vida de uma comunidade. É um bem coletivo que garante o respeito a normas de confiança mútua, de cooperação e de comportamento. Esses recursos se somam a cada experiência, e são acumulados para o futuro.

Ao pensarmos em Desenvolvimento como um processo que canaliza e ativa as forças sociais, percebemos que a ação coletiva, a participação de base e a coesão comunitária são ferramentas do Capital Social importantes nos processos de Desenvolvimento.

A noção de Desenvolvimento Rural esta atrelada a um conjunto de valores, princípios e métodos inovadores.

O atual modelo de Agricultura Familiar tem faces importantes que permitiram concretizar o processo de Desenvolvimento Rural. Essas características são: relação próxima entre trabalho e gestão, planejamento e condução do processo produtivo pelos proprietários, a diversificação produtiva, a preservação ambiental, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar, a tomada de decisões imediatas e a busca continua por melhoria da qualidade de vida. Além disso, a Agricultura Familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, pois permite uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal que concentra grandes áreas e que incentiva práticas comerciais voltadas apenas para o lucro.

Desta forma, entendemos a Agricultura Familiar como base sobre a qual se pode fortalecer ideais de confiança, de associativismo e de cooperação entre as pessoas, buscar uma alternativa capaz de fazer frente à crise de desconfiança nas instituições democráticas e, construir a prosperidade de um país.

As políticas públicas em tempos remotos não proporcionaram o apoio necessário aos agricultores familiares para que eles fossem colocados no centro das estratégias do Desenvolvimento Rural. Mas, a partir da década de 1990, percebe-se uma mudança de

enfoque e de entendimento e este tema passou a ganhar espaço no Brasil, gerando novas abordagens, dentre elas, o paradigma da Agricultura Familiar. Como já citado anteriormente, a Agricultura Familiar aponta caminhos alternativos em relação à economia tradicional, sendo uma prática eficaz para a economia solidária, inclusão social e para a diminuição das desigualdades.

O Capital Social como um instrumento alternativo no processo de Desenvolvimento Rural, tendo por intermédio suas características de formação de teias sociais integrativas, estimula a consolidação de ideais éticos voltados para a confiança, para solidariedade, para avanço no nível da qualidade de vida das comunidades rurais. Também fortalecem os indivíduos e as coletividades na medida em que as políticas afirmativas valorizam os indivíduos em suas diferenças e individualidades da auto-estima e do reconhecimento do potencial do outro.

Acreditamos que os processos de Desenvolvimento Rural que tem por base a Agricultura Familiar podem criar redes entre os agentes da sociedade e uma nova prática social, que vai além da melhoria da renda do produtor, perpassando pela transformação das relações entre as pessoas e a natureza a partir do aumento de estoque do Capital Social.

Com base nisto, acreditamos ser fundamental o fomento de atividades desta natureza por parte dos governos, em suas três esferas de gestão, estimulando a permanência do homem da terra na terra, qualificando sua intervenção a partir de políticas voltadas ao associativismo, ao cooperativismo, às parcerias. Mas em especial, que estas ações se dêem com bases solidaria a partir da confiança mútua e com objetivo de desenvolvimento coletivo.

Na teoria econômica tradicional, o desenvolvimento de um país é medido por seu Produto Interno Bruto, que, dividido per capita, mostra o grau de riqueza alcançado por seus habitantes. Como o PIB é a medida atual de desenvolvimento, a elevação deste passa a ser considerada a meta fundamental de qualquer governo. Mas o PIB não mostra o grau de qualidade de vida de cada habitante de um país tem. Lembrando do pensamento do economista Amartya Sen, que diz que o desenvolvimento deve ir muito além do acúmulo de riquezas e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda e, sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além.

Deixamos aqui um apelo para que a partir dos exemplos de desenvolvimento através dos modelos de Agricultura Familiar seja garantido a todas as pessoas, através de políticas públicas, acesso a um novo modelo de desenvolvimento, baseado na expansão das melhorias

das condições de vida destas pessoas. Que este processo de desenvolvimento seja alicerçado em posicionamentos onde a exclusão e alienação social, a perda de vínculos de solidariedade, a mortalidade infantil, a desintegração comunitária, a fragmentação social, o descrédito democrático, a corrupção das instituições políticas, o aumento da delinquência, as cidades destituídas de cidadania, os crescentes riscos no uso do espaço público, violência, corrupção, discriminação, racismo não representem mais expressões dos processos sociais que marcam no Brasil uma lógica insustentável e indesejável de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o Conceito de Agricultura Familiar*. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br/o/1635683. Acesso em: abr 2011.
- BANDEIRA, Pedro. *Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social e Crescimento Econômico no Rio Grande do Sul*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, jan./abr. 2007
- BAQUERO, Marcello et al. *Para além de Capital Social – juventude, empoderamento e cidadania*. Disponível em www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/.../Grupo%202/18.pdf Acesso em abril, 2011.
- CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. *Desigualdades regionais de desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul: uma proposta de análise multidimensional a partir de três microrregiões*. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2307>>. Acesso em: mar. 2011.
- CONTERATO, Marcelo A. *Desenvolvimento Regional e Agricultura familiar no rio grande do sul: diversidade e diferenciação em perspectiva comparada*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m16t01.pdf>>. Acesso em: mar. 2011.
- CONTERATO, Marcelo A. e FILLIPI, Eduardo.E. *Teorias do Desenvolvimento*. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- FERNANDES, Karina R.. *Constituição de Redes Organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor*. Disponível em http://www.inca.gov.br/rede/documentos/const_redes_org_terceiro_setor.pdf. Acesso em Abril, 2011.
- MARTELETO, R. M. e OLIVEIRA E SILVA, A. B. de. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. i. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>. Acesso em Abril, 2011.
- MENEGETTI, Gilmar A. *Desenvolvimento, Sustentabilidade E Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf>>. Acesso em: abr. 2011.
- MILANI, Carlos R. S. *Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195 - 224, jan/abr. 2007
- NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estudos avançados 15 (43), 2001. Disponível em www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf. Acesso em abril, 2011.
- NAZZARI, Rosana Katia; MIYAZAKI, Juliane; BORDIN, Ivone. *Agricultura Familiar e Sustentabilidade: os estoques de capital social no Oeste do Paraná*. Disponível em:

<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_praticas/praticas_24.pdf>. Acesso em: mar. 2011.

NICOLA, Marcelo Porto. *Ação extensionista e formação de capital social no Projeto Área Piloto – RS/* por Marcelo porto Nicola. Universidade Federal de Santa Maria – Stª Maria: 2004. Xxi, 239p.

OLALDE, Alicia Ruiz. *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável*. <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>

OLIVIERE, Laura. *A importância histórico-social das Redes*. Disponível em <http://formacaoredefale.pbworks.com/f/A+Import%C3%A2ncia+Hist%C3%B3rico-social+das+Redes.rtf>. Acesso em abril, 2011.

PASE, Hemerson Luis. *Capital Social e Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. Tese para o Programa de pós – graduação em Ciências requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política*, UFRGS. Porto Alegre, 2006.

PASSADOR, J.L. ET AL. *Capital Social e Desenvolvimento Rural Sustentável: Uma Abordagem Sistêmica da Verticalização da Agricultura Familiar*. Disponível em www.simpep.feb.unesp.br/./copiar.php?..Capital%20social%20e%20desenvolvimento. – Acesso em Abril, 2011.

PUHL, Mário José. *Localização e distribuição regional do desenvolvimento*. Santa Rosa (RS), 2006. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m16t05.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio. *Desenvolvimento rural territorial e capital social*. In: _____. (orgs) *Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/CIRAD/EMABRAPA, 2002. p. 113-28.

SANTIAGO, Andreia Maria; TASSIGNY, Monica Mota. *Capital Social e Desenvolvimento: perspectivas de combate à pobreza e de fortalecimento das instituições democráticas*. Disponível em: <http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/file/direito/ic2/vi_encontro/capital_social_e_desenvolvimento_perspectivas_de_combate_a_pobreza_e_de_fortalecimento_das_instituicoes_democraticas.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

SCHNEIDER, S. *Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais*. In: *Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia*. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003. Disponível em www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf. Acesso em abril, 2011.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdades*. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf>. Acesso em: maio 2011.

SUNDERHUS, Adolfo Brás. *Agricultura familiar: Desafiando um paradigma social e político para sustentabilidade*. Disponível em:<<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:v5kPn2gr37UJ:www.faser.org.br/anexos/textoadolfolnovo.doc>>. Acesso em: maio 2011.

TEODORO, Paulo A.V.B. *Agricultura Familiar: Uma alternativa para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf>>. Acesso em: abr. 2011.

WANDERLEY, N. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Disciplina Derad 3 do curso PLAGEDER-UFRGS, 2008.

WIZNIEWSKY, C.; WIZNIEWSKY, J.G. *Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Territorialidades*. Disponível em http://egal2009.easypanners.info/area06/6413_Wizniewsky_Carmen_Rejane.doc. Acesso em abril, 2011.